



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Ação Civil Coletiva **0001347-84.2025.5.09.0012**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 19/09/2025

Valor da causa: R\$ 65.000,00

Partes:

AUTOR: SINDICATO EMPREGADOS EMP PROC DE DADOS ESTADO PARANA

ADVOGADO: ALMIR ANTONIO FABRICIO DE CARVALHO

ADVOGADO: ANDRE FRANCO DE OLIVEIRA PASSOS

ADVOGADO: SANDRO LUNARD NICOLADELI

RÉU: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO PARANA -
CELEPAR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
ACC 0001347-84.2025.5.09.0012

AUTOR: SINDICATO EMPREGADOS EMP PROC DE DADOS ESTADO PARANA
RÉU: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO
DO PARANA - CELEPAR

DECISÃO

1. O autor, SINDPD-PR, objetiva, por meio da presente ação, a declaração da nulidade do Programa de Desligamento Voluntário da CELEPAR - PDV 2025, sob o fundamento de que proposto unilateralmente, sem anuência do Sindicato representante da categoria, com cláusulas que estabelecem a quitação ampla, geral e irrestrita do contrato de trabalho e a renúncia pelos trabalhadores a quaisquer ações judiciais individuais e/ou coletivas em andamento em face da reclamada.

Requer, com fundamento no art. 300 do CPC, o deferimento da tutela de urgência *inaudita altera pars* para que seja declarada liminarmente a nulidade das cláusulas quinta, sexta e oitava do PDV e de quaisquer outras previsões que instituem a quitação ampla, geral e irrevogável do contrato, com eventual compensação dos valores recebidos no PDV caso afastada judicialmente a quitação e a renúncia. Sucessivamente, requer a suspensão do PDV ou a suspensão da adesão ao programa, até trânsito em julgado da presente ação.

2. Este juízo não vislumbra urgência que permita a concessão imediata da medida postulada em relação à declaração de nulidade das cláusulas quinta, sexta e oitava do PDV e de quaisquer outras previsões que instituem a quitação ampla, geral e irrevogável do contrato, com eventual compensação dos valores recebidos no PDV caso afastada judicialmente a quitação e a renúncia. Entretanto, a análise do documento denominado "Acordo Individual de Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV 2025" (*Id5627fbe*) evidencia que algumas de suas cláusulas podem causar prejuízos irreversíveis aos empregados da ré de forma imediata, ainda que o PDV não se concretize.

Conforme consta na cláusula 8.1 do PDV, no prazo de até 30 dias após o encerramento do período estipulado para adesões - o que deverá ocorrer no dia 19 de outubro de 2025, às 17h (cláusula 7.2) -, a CELEPAR realizará a análise preliminar dos pedidos "a fim de verificar o preenchimento dos requisitos de elegibilidade pelos empregados", bem como para a elaboração da lista de ranqueados para a condição de CONTEMPLADOS no PDV 2025.

Ocorre que, dentre os requisitos de elegibilidade que a empresa ré elenca na cláusula 6.1, e que, segundo a referida cláusula, devem estar cumpridos "no ato da adesão", consta:

V. **Renunciar**, conforme procedimento previsto neste Regulamento, **ao direito em que se fundam eventuais ações individuais ou coletivas promovidas pelo empregado ou por substituto processual, que estejam em trâmite em face da CELEPAR**, no prazo estabelecido na cláusula 8.5.

VI. **Renunciar**, conforme procedimento previsto neste Regulamento, **à estabilidade que porventura possuam, na data de adesão ao programa**, conforme consta no Anexo II. (grifamos)

E, para que não restem dúvidas quanto à obrigatoriedade dos empregados renunciarem aos direitos trabalhistas para que sejam admitidos como elegíveis ao PDV, consta na cláusula referente à análise preliminar, no item 8.5, que os empregados que sejam contemplados serão notificados para que, no prazo de 30 dias, comprovem que a renúncia foi homologada em juízo, "sob pena de cancelamento da adesão ao PDV".

Portanto, vislumbra-se potencial prejuízo na demora da prestação jurisdicional do caso em exame. Observe-se que, no intuito de cumprirem os requisitos para serem elegíveis ao Programa de Desligamento Voluntário no prazo estipulado - 19 de outubro -, PDV que pode nem se concretizar, pois está condicionado à conclusão da operação de desestatização da CELEPAR (conforme cláusula 1.2), os empregados podem vir a renunciar a direitos em juízo, renúncia que uma vez homologada na forma do art. 487, III, "c", do CPC, não permite retratação.

3. Ante todo o acima exposto e com fundamento no art. 300 do CPC **CONCEDE-SE EM PARTE A TUTELA DE URGÊNCIA** para suspender a execução do Programa de Desligamento Voluntário da CELEPAR - PDV 2025, até o trânsito em julgado da decisão de mérito.

4. Intimem-se as partes, a reclamada por domicílio eletrônico e Oficial de Justiça, **com urgência**.

5. Incluam-se o processo em pauta para audiência inicial, com prioridade.

CURITIBA/PR, 23 de setembro de 2025.

SANDRA MARA FLUGEL ASSAD
Juíza Titular de Vara do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por SANDRA MARA FLUGEL ASSAD, em 23/09/2025, às 15:07:54 - e455c00
<https://pje.trt9.jus.br/pjekz/validacao/25092210431237700000153667554?instancia=1>
Número do processo: 0001347-84.2025.5.09.0012
Número do documento: 25092210431237700000153667554